

DO MITO A REALIDADE: A EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA DE CASTELNAU, A *ESTÁTUA AMAZÔNICA* DE ARAÚJO PORTO ALEGRE E OS PRIMÓRDIOS DA HISTÓRIA PÁTRIA NO BRASIL IMPÉRIO

DU MYTHE A LA RÉALITÉ: L'EXPÉDITION SCIENTIFIQUE DE CASTELNAU, A *ESTATUA AMAZÓNICA* DE ARAÚJO PORTO ALEGRE ET LES DÉBUTS DE L'*HISTORIA PATRIA* AU BRÉSIL À L'ÉPOQUE IMPÉRIALE

Sébastien ROZEAUX*

Resumo: Dos anos 1840 e 1850 datam a definição das bases da História Pátria em geral, e mais especificamente da incipiente Arqueologia nacional, no Brasil Império. A compreensão da história mais remota do território brasileiro e do seu passado indigenista mobiliza muitos cientistas e letrados, estrangeiros e brasileiros. Nesta fase inicial, mitos e crenças fantásticas foram difundidas por alguns destes letrados, entre os quais figura o naturalista francês Francis de Castelnau, alvo dos escárnios de Araújo Porto-alegre em *A Estátua amazônica*. A análise detalhada do contexto de produção, difusão e recepção, e dos vários e ambíguos significados dessa “comédia arqueológica” oferece novos elementos para melhor compreensão das múltiplas “verdades” desta obra de ficção.

Palavras-chave: Naturalismo, Teatro, História Pátria, Brasil Império, Viajantes franceses

Résumé: La définition des fondements de l'*Histoire Pátria* en général et de l'archéologie nationale en particulier datent au Brésil des années 1840 et 1850. La volonté de mieux comprendre l'histoire la plus ancienne du territoire brésilien et son passé indigène a mobilisé les efforts de nombreux scientifiques et lettrés, qu'ils soient étrangers ou brésiliens. Au cours de cette phase initiale, des mythes et des croyances fantaisistes ont pu être divulgués par certains de ces savants, parmi lesquels le Français Francis de Castelnau, objet des moqueries de Araújo Porto-alegre dans *A Estátua Amazônica*. L'analyse détaillée du contexte de production, de diffusion et de réception, ainsi que de la portée complexe et ambiguë de cette “comédie archéologique” fournit de nouvelles clés de lecture de cette œuvre de fiction.

Mots-clés: Naturalisme, Théâtre, História Pátria, Brésil imperial, Voyageurs français.

Fontes literárias são imprescindíveis para quem pretende estudar a história cultural. No entanto, Dinah Ribard e Judith Lyon-Caen, entre outros, têm demonstrado o perigo que representa a crença na literatura compartilhada pelos historiadores e especialistas de história literária (LYON-CAEN, 2010). A fim de escapar à “força naturalizante” da literatura, o pesquisador deve trabalhar este tipo de fonte com especial cuidado e prudência. Com efeito, Jérôme David (2010) nos alerta sobre os perigos de uma leitura demasiada literária dos textos literários, nos quais a matéria textual refletiria a natureza de uma sociedade ou de uma época dada. A fim de escaparmos deste impasse, é

* Doutor em História contemporânea – Universidade de Lille III. Lille – França. Pós-doutorando – Centre de recherches sur le Brésil colonial et contemporain – Mondes Américains – EHESS. Paris. – França. E-mail: rozeaux@gmail.com

primordial estarmos atentos à contextualização da produção, recepção e difusão dos textos literários, e às representações e imaginários veiculados por eles. A compreensão de uma obra literária enquanto discurso político sobre a sociedade contemporânea é fundamental para avaliar tal obra como historiador (LYON-CAEN, 2010, p. 105).

Somente uma leitura contextualizada de *A Estátua Amazônica*, de autoria de Araújo Porto-Alegre, pode revelar a dimensão propriamente política de uma comédia satírica, cujo objetivo principal é o de ridicularizar os viajantes e cientistas franceses que escreveram obras sobre o Brasil, prejudicadas por erros grosseiros e afirmações as mais fantásticas. Neste artigo, pretendemos explicitar as origens de uma obra cuja criação em 1848 se inscreve na sequência da publicação e da difusão transatlântica dos primeiros relatos de Francis de Castelnau em Paris. Ele é famoso no Brasil por ter dirigido uma exploração científica na região do Amazonas, financiada com verba do governo francês, entre 1843 e 1848. Estaremos atentos à compreensão da mensagem veiculada por aquela obra, ao evocar os progressos da História Pátria e da incipiente Arqueologia, no seio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. Particularmente interessante será analisar o recurso, por parte de Araújo Porto-Alegre, a citações extraídas da Revista do IHGB na escrita da sua obra de ficção. Enfim, intentaremos demonstrar a coexistência de outros significados desta obra, de outras verdades desta ficção, enquanto refletimos sobre um momento chave para a formação da literatura nacional e de um meio literário no Brasil Império (ROZEAUX, 2012).

A expedição científica de Castelnau (1843-1848), a “estátua amazônica” e as impressões do viajante francês sobre a sociedade brasileira contemporânea

Embora tenha sido escrita em 1848, a peça satírica de Araújo Porto-Alegre será publicada apenas em 1851, pelo editor da Casa Imperial, Francisco de Paula Brito. A publicação desta obra inédita é contemporânea da edição, na França, da obra do conde de Castelnau: *Expédition dans les parties centrales de l’Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Pará; exécutée par ordre du gouvernement français pendant les années 1843 à 1847, sous la direction de Francis de Castelnau..* Nesta obra, o naturalista francês descreve, comenta e reproduz a famosa estátua sobre a qual Araújo Porto-Alegre fundamenta o enredo da sua peça, *A Estátua Amazônica*.

A publicação dos 6 volumes deste relato científico, entre 1850 e 1852, resulta de uma produção transatlântica, porque a obra revisada e editada em Paris foi inteiramente escrita pelo conde de Castelnau na Bahia, onde ele ocupou o lugar de cônsul da França, a

partir de 1848. As duas datas referentes à obra de Araújo Porto-Alegre, 1848 e 1851, correspondem perfeitamente ao processo de produção da obra do naturalista francês: a volta de Castelnau a Paris data de fevereiro de 1848, no contexto político complicado da Primavera dos Povos, o que justifica o atraso na publicação dos resultados, com verba do governo. Nesse período, é nomeado cônsul na Bahia – o início de uma longa carreira diplomática que o levará até a Austrália, onde morre em 1880. O que poderia passar por mera coincidência traduz a vontade por parte do escritor e artista brasileiro de ridicularizar o trabalho do naturalista francês que, a partir de 1848, começa a divulgar os resultados da sua expedição em trabalhos publicados em Paris. Ademais, a publicação da peça em 1851 responde justamente à chegada dos primeiros volumes da *Expédition...*, que já se encontram em venda nas estantes das livrarias do Rio de Janeiro neste mesmo ano, entre as quais a livraria Mongie e a Garnier.

A missão científica liderada por Francis de Castelnau começou seu trabalho de investigação em 1843. Quatro cientistas foram comissionados pelo Estado francês, com apoio da Academia das ciências, dos Ministérios da Instrução Pública e dos Negócios Estrangeiros, a fim de montar uma expedição de exploração no interior da região amazônica. Segundo Castelnau (1850, p. 11), “o objetivo principal da expedição projetada era o estudo mais completo da vasta bacia do rio Amazonas, que terá um papel maior na história futura da América, e cujo esquecimento por parte das nações da Europa muito surpreenderá um dia o mundo político e comercial”.

A expedição, composta por Eugène d’Osery, engenheiro, o doutor Weddell, médico e botanista, e o jovem naturalista Emile Deville, sob a direção de Francis de Castelnau, naturalista, aparelhou-se em Brest e chegou no porto do Rio de Janeiro em julho de 1843. Os quatro cientistas foram hospedados no Hôtel Pharoux, na praça do paço imperial, enquanto preparavam a expedição e começavam suas investigações nos arredores da capital imperial. Entre julho e agosto de 1843, tempo de sua permanência no Rio, Castelnau e seus colegas franceses receberam o apoio das elites imperiais. Louvando a “benevolente hospitalidade” dos cariocas, Castelnau (1848, p. 152) fez, num artigo publicado em 1848, uma descrição entusiasmada da “Corte do Brasil”, do “clima adorável dessas lindas regiões”, e das mundanidades organizadas para festejar a chegada dos quatro franceses no Brasil.

Além do apoio do cônsul da França, o Sr. Taunay, eles contaram com ajuda do cônego Januário da Cunha Barbosa, sócio fundador do IHGB, graças ao qual, disse Castelnau (1850, p. 120), “fui acolhido com a mais brilhante benevolência pelo Instituto

Histórico e Geográfico, o qual me convidou para ser um dos seus membros”. E o conde tratou de tecer elogios ao Instituto Brasileiro e ao governo brasileiro pelo apoio constante ao longo dos cinco anos de trabalho:

Esta sociedade rendeu grandes serviços à história do Brasil, através das suas interessantes publicações, e ela faz a cada dia novos esforços em prol da divulgação do gosto das ciências nesta imensa terra. Já disse que o governo imperial nos tinha dado sua mais completa proteção: além de entregar-nos uma *portaria* imperial, um tipo de passaporte que se conceda hoje em dia mui raramente, o governo mandou suas ordens com antecedência para todos os lugares por nós atravessados. Todos os estabelecimentos científicos do Rio abriram suas portas às nossas investigações, e os numerosos documentos que abrigam foram postos à nossa disposição (CASTELNAU, 1850, p. 120).

Seja durante a fase inicial de preparação, seja durante os cinco anos de exploração, os franceses se beneficiaram do apoio do governo imperial e do IHGB, então a principal instituição cultural do Império. Isto demonstra o grande interesse das elites imperiais por este tipo de expedição científica, suscetível de facilitar o trabalho de reconhecimento do interior do país, ainda pouco ou mal conhecido. Cartografar o território do império e aperfeiçoar o inventário das suas riquezas fornecem ao governo ferramentas novas para se pensar a valorização das potencialidades das imensas reservas fundiárias do país (*JORNAL DO COMERCIO*, 7/01/1844, p. 1). E sabemos que Castelnau escreveu vários relatos ao longo da sua expedição, endereçados ao governo imperial, alguns dos quais chegaram a ser publicados na revista do IHGB ou no *Jornal do Comercio* do Rio de Janeiro. Estes relatos eram, sem dúvida, uma contrapartida aos favores concedidos aos cientistas franceses.

É interessante tentar entender o espírito de Castelnau ao longo dos cinco anos que durou esta expedição. Um longo artigo publicado na prestigiada *Revue des deux mondes*, em 1848, nos dá alguns esclarecimentos sobre suas expectativas relativamente à exploração da “América do Sul”:

Hoje em dia, quando alguém estiver a fim de admirar a beleza selvagem e primitiva da natureza americana, é em direção ao sul do continente que deve dirigir seus passos. Enquanto o norte se tornava a terra do utilitário e do negociante, o sul era e continua sendo em boa parte o domínio do poeta e do naturalista (CASTELNAU, 1848, p. 151).

Importa notar certa ambiguidade na posição do autor do relato da expedição. Ao ler o artigo publicado já em 1848, parece que Castelnau não escreveu apenas como naturalista, porque ele mobiliza sua própria subjetividade quando se trata de transmitir

aos seus leitores as grandes impressões causadas por esta viagem. Seus escritos remetem portanto às duas categorias de relatos de viagem e escritos de cunho naturalista. Eis porque Castelnau incluiu, no artigo de 1848, uma descrição da sociedade carioca, embora o assunto principal do artigo fosse a exploração do Rio Araguaia. Também a própria escrita dos volumes da *Expédition...* (1850-1852) revela o entusiasmo do cientista, cuja escrita se nutre também da literatura de viagem e de aventura pela qual se apaixonou quando adolescente, como ele confessa logo no início da introdução ao primeiro volume:

A história das viagens foi sempre para mim alvo de uma paixão dominante: quando criança, os relatos de Cook e Levaillant substituíam os contos de fadas; quando jovem adulto, o fato de pensar nas aventuras longínquas e nas maravilhas que nos apresentam as grandes cenas da natureza perturbavam o meu sono sem cessar (CASTELNAU, 1850, p. 3).

Ora, o naturalista, ao penetrar as regiões do Amazonas, parece acreditar na existência de tesouros ainda desconhecidos, referem-se à natureza selvagem e exótica ou ao passado de antigas povoações desaparecidas há muito tempo:

O meu desejo mais ardente sempre foi de percorrer estas regiões. Não tinha dúvida de que existia lá, para o naturalista, importantes descobertas para serem feitas, numerosos tesouros para serem colhidos. Não me enganei. E o relato de um episódio da viagem que fiz nas solidões da América meridional mostrará quantas riquezas ainda esperam a vinda do viajante nessas planícies inexploradas (CASTELNAU, 1848, p. 152).

O artigo de 1848 faz o relato da viagem desde o Rio de Janeiro até o rio Araguaia, a fim de explorar o interior da província de Goiás. Ao encontrar indígenas que nunca teriam visto pessoas de pele branca, Castelnau (1848, p. 165) ressalta para o público leitor francês a importância da sua expedição numa região ainda desconhecida: “Este episódio indica quão poucas tentativas foram feitas pelos brasileiros a fim de explorar esta parte do seu vasto território”. A viagem prossegue por regiões inabitadas, onde os naturalistas se confrontam com a natureza, antes de voltar à cidade de Goiás, na qual são recebidos com “gritos de entusiasmo e de gratidão” por parte da população local, incrédula ao vê-los voltar sãos e salvos. Castelnau acaba seu artigo apontando a falta absoluta de vias de comunicação no interior brasileiro como o “maior obstáculo” para “os progressos da civilização nestas regiões longínquas” (CASTELNAU, 1848, p. 168).

É nos volumes da *Expédition...*, publicados dois anos mais tarde, que o leitor pode contemplar os grandes resultados da missão dos naturalistas franceses, através da descrição de novas espécies da fauna e da flora. Mas outros tesouros mereceriam também

a atenção do público francês. Em 1852, a “terceira parte” da *Expédition...* é publicada sob o título “Antiquité des Incas et autres peuples anciens”. Este volume consiste na descrição e na reprodução de 62 litografias que remetem, na grande maioria, à estadia da missão francesa no Peru. A maioria delas reproduz vasos antigos e objetos encontrados em túmulos peruanos. Por mais estranho que pareça, é portanto a um objeto encontrado em Santarém do Pará que Castelnau consagra o verbete mais longo. A descrição da última prancha do volume faz referência a uma “estátua, em pedra, do tempo das Amazonas”. Malgrado as refutações brasileiras, como veremos a seguir, Castelnau continua acreditando, em 1852, que terá encontrado lá uma peça única, enquanto fundamenta a existência de uma antiga civilização indígena, a das Amazonas:

A tradição das Amazonas ainda existe no rio que traz este nome, e em diversos pontos. Alguém me tinha dito que existia uma estátua que, segundo dizem, representava duas mulheres guerreiras. [...] Segundo a tradição do país, a estátua representa uma Amazona, e sua postura poderia talvez confirmar este ponto de vista. Com efeito, parece esconder o peito com suas mãos, e segura entre os pés o emblema do sexo masculino. É, acredito, o único monumento deste tipo encontrado por enquanto no Brasil. A tradição das Amazonas foi atacada com tanta força durante o último século que alguém mal ousaria defender sua verdade hoje em dia. Contudo, é difícil admitir que ela resulta de pura invenção dos primeiros viajantes, porque é ainda hoje em dia crença popular entre os Índios. Aliás, parece-me impossível afirmar, como alguns o fizeram, que os Conquistadores, tão acostumados com a luta contra os indígenas, os confundiram de repente com mulheres, por eles não terem barbas (CASTELNAU, 1852, p. 6-7).

Em 1852, Castelnau nos indica que a estátua, talvez a peça mais notável dos “tesouros” por ele colhidos na América do Sul, se encontra exposta no Museu imperial do Louvre, em Paris. Destarte, é um achado de natureza arqueológica que melhor simboliza as grandes descobertas feitas pelos integrantes de uma expedição que tinha a missão de cartografar o Amazonas e fazer o inventário das suas riquezas naturais. E será esta estátua que fornecerá um bom pretexto para Araújo Porto-Alegre ridicularizar os cientistas franceses.

Mas pensamos que há outro elemento nos escritos de Castelnau que poderiam explicar a violência da sátira de Araújo Porto-Alegre, em 1848, e sua publicação três anos depois. Os diversos escritos de Francis de Castelnau permitem difundir suas ideias e opiniões sobre a sociedade brasileira, ainda pouco conhecida pelo público leitor francês. Embora sublinhe em muitas páginas o bom acolhimento recebido no Brasil e os charmes da capital imperial, Castelnau também aponta para a responsabilidade dos Brasileiros nos atrasos da “civilização”, ao identificar a suposta “indolência” da população como

principal obstáculo ao progresso do país. Segundo seu parecer, são vários os sintomas de uma sociedade brasileira que se encontraria em estado de decadência:

O grande calor do clima, a desocupação, a falta de meios de estudos e a chaga da escravidão tiveram uma péssima influência sobre o estado dos costumes neste país. E o clero, longe de seguir o belo exemplo que lhe é apresentado da Europa, muitas vezes lidera em dar o exemplo da corrupção e da desordem (CASTELNAU, 1850, p. 133).

Esta crítica feroz abrange toda a sociedade brasileira e faz referência explícita à degeneração das raças no país, corrompidas pela instituição servil: “As classes miscigenadas consentem em se encarregar de açoiar os negros enquanto os brancos dormem um sono letárgico” (CASTELNAU, 1850, p. 10).

Além de tecer críticas que remetem aos fundamentos da sociedade imperial, cuja grandeza e legitimidade eram portanto defendidas pelo próprio IHGB, Castelnau não deixa também de subavaliar os méritos das elites imperiais, ao dizer que “seria bom que, seguindo o exemplo dos viajantes europeus, os Brasileiros se dedicassem enfim aos estudos sérios do vasto domínio, cuja posse compartilham com a barbárie” (CASTELNAU, 1848, p. 168). Da mesma maneira que ele acreditava ser o primeiro a explorar a região do Rio Araguaia – afirmação refutada depois por algum sócio do IHGB –, a citação acima traduz a ignorância da naturalista francês relativamente aos progressos das ciências no Brasil, entre as quais figura a Arqueologia – o que não deixa de ser estranho, na sua qualidade de membro do IHGB. A este respeito, deve-se lembrar que nenhum membro da missão francesa entendia o português ao desembarcar no Rio de Janeiro, em 1843. Conseqüentemente, a vontade explícita de exaltar o caráter pioneiro da expedição ao Brasil e o valor supostamente muito grande dos conhecimentos acumulados por ela suscitaram muitas reservas e críticas no Brasil. Talvez a arrogância dos franceses, como a do próprio Castelnau, explicaria em parte esta confissão do mesmo sobre os brasileiros: “O traço mais obscuro do caráter dos brasileiros é, sem dúvida, o ódio imenso com o qual eles tratam os estrangeiros que vêm se estabelecer no país, trazendo com eles a indústria e a atividade dos quais o país carece totalmente” (CASTELNAU, 1850, p. 134). Afirmação que parece contradizer o bom acolhimento recebido pelos naturalistas franceses, desde sua chegada em 1843.

A comédia de Araújo Porto-Alegre e a sátira do mito da grande civilização

O artigo de 1848, ao retratar de modo feroz a sociedade brasileira, prossegue numa senda aberta poucos anos antes por outro conde, Chavagnes, cujo artigo desencadeou uma série de reacções muito violentas por parte das elites letradas do Império (ROZEAUX, 2012, v. 1, p. 177-203). Na sequência das réplicas brasileiras às publicações francesas consideradas como insultantes, parece claramente que a comédia de Araújo Porto-Alegre se destinava aos membros esclarecidos da sociedade carioca, e mais especificamente aos sócios do IHGB. A sátira é um “folgado literário” (PORTO ALEGRE, 1851, p. 3) escrito para o deleite de seus poucos leitores. Não consta que a peça nunca tenha sido encenada. Talvez, tal como, mais tarde, aconteceria com algumas peças de Machado de Assis, como *Quase Ministro* (1862), a comédia fosse encenada durante algum sarau literário do qual participariam os membros do IHGB. É muito provável que Araújo Porto-Alegre nem tivesse pensado em publicá-la, ao escrever sua peça em 1848. A sua publicação, três anos mais tarde, pode ser vista como uma resposta à publicação da *Expédition...* e um presente oferecido aos leitores da *Guanabara*, com a certeza de que o público leitor desta revista se deleitaria com o retrato pouco amável dos viajantes e cientistas franceses que concorrem no seu país ao título de especialistas do Brasil.

Portanto, a crença de Castelnau na existência de uma antiga e desaparecida civilização das Amazonas se inscreve na ampla difusão, em ambos os lados do Atlântico, do mito da grande civilização há muito desaparecida. Claro que o mito das Amazonas no Brasil tem muito a ver com os trabalhos de viajantes estrangeiros, como nos lembra Johnni Langer (2004, p. 60): “Exploradores estrangeiros como La Condamine e o conde de Castelnau perpetuaram a existência dessa sociedade mítica no mundo moderno, demonstrando que o assunto estava distante de ser considerado apenas um episódio quimérico”. A obra do naturalista francês La Condamine deu provas sobre a civilização das Amazonas no livro *Relation d’un voyage fait dans l’intérieur de l’Amérique méridionale* (1745), ao citar testemunhos orais da existência de uma república de mulheres na região do Rio Negro. Vale a pena lembrar que o próprio Humboldt, cuja autoridade no domínio da história natural é incomparável naquela época, fez referência à “existência de pedras das amazonas em tribos indígenas do rio Negro, no oitavo volume da obra *Voyage aux Régions Equinoxiales* (1804)” (LANGER, 2004, p. 64).

Mas o mito é também tema de debate e de trabalhos no IHGB desde sua fundação, em 1838. Já em 1841, o tema das Amazonas foi integrado no programa de trabalho dos sócios do IHGB. Um dos dois fundadores do instituto, o marechal Cunha Matos, faz referência aos vestígios fenícios presentes em aldeias indígenas ao escrever sobre a pré-

história da região do Rio Negro (LANGER, 2004, p. 62). Nos anos 1840, o exotismo e a expectativa de encontrar traços de antigas civilizações indígenas alimentaram muitas especulações entre os sócios do IHGB e até no governo brasileiro, ambos ansiosos por descobrir sítios tão notáveis quanto os do México ou do Peru. Eis outro mito que recebeu muita atenção por parte do IHGB: o da “cidade perdida da Bahia”. Este mito resulta da descoberta feita por Manuel Ferreira Lagos, membro de destaque do IHGB, de um manuscrito na Livraria Pública da Corte, em 1839. Este documento foi logo publicado na *Revista* por Cunha Barbosa que, no seu entusiasmo, não se preocupou em comprovar a veracidade de um documento que atestaria a existência de minas de ouro e de uma cidade maravilhosa no meio do sertão baiano. Tal como o mito das Amazonas, esse resulta da crença então compartilhada na “geração perdida”:

Conciliando desta maneira as pesquisas sobre as inscrições fenícias da pedra da Gávea (desta mesma época), a cidade da Bahia e as observações do sábio alemão [Von Martius], o Instituto sentia-se seguro para estabelecer um panorama otimista de nossos vestígios, determinando para todos os agremiados a busca dessa geração perdida (LANGER, 2002, p. 134).

Além de publicar a descrição fantástica da cidade perdida, o IHGB convence o governo a financiar uma expedição que será dirigida por Benigno José de Carvalho e Cunha, a fim de localizar a cidade das maravilhas. Os trabalhos do sócio estão publicados na *Revista* e têm duas vertentes: uma dimensão arqueológica e outra econômica, a fim de procurar novas minas. O compromisso das autoridades imperiais reflete as esperanças fundadas nos resultados da expedição:

A descoberta da cidade perdida refletiria diretamente nesta imagem do Brasil: uma nação em progresso, portadora de vestígios arqueológicos, conhecimentos científicos, ideais e costumes elevados. A própria imagem de D. Pedro II foi relacionada, mecenas culto que patrocinou o possível desvendar da maior glória pretendida nesse período (LANGER, 2002, p. 139).

Portanto, após dois anos de investigação sem resultado satisfatório, o governo parou de financiar a expedição. Apesar do fracasso, “o mito ainda conseguiu sobreviver por algum tempo” (LANGER, 2002, p. 142). Langer (2002, p. 146) assinala o ano de 1849 como “um divisor das pesquisas arqueológicas no império.” Cansado de alimentar falsas esperanças, o IHGB teria resolvido abandonar o mito da “geração perdida”. Doravante, em qualidade de instituto sede da ainda incipiente Arqueologia brasileira, será mais atento à veracidade dos relatos e à autenticidade dos objetos e textos relacionados com o passado

pré-colonial. Os novos estatutos do IHGB, que datam também de 1851, consagram a nova importância do indianismo no trabalho do Instituto, ao instituir as seções de Arqueologia, Etnografia e Linguística.

Como vimos, a referência ao mito da “cidade perdida” da Bahia demonstra o fato de que a crença em uma ou outras civilizações desaparecidas era partilhada tanto por brasileiros quanto por viajantes estrangeiros. O próprio Araújo Porto-Alegre não escapou aos charmes desta crença: “A exemplo de outros membros da instituição, ele foi um difusionista que acreditava na existência de antigas civilizações perdidas em nossa história, mas, ao mesmo tempo, era temeroso de que pudesse envolver-se em um grande engano” (LANGER, 2004, p. 67). Contudo, são apenas os franceses que, na peça satírica de Araújo Porto-Alegre, são retratados como os responsáveis pela difusão deste tipo de extravagâncias arqueológicas. Na peça, nenhuma referência é feita ao fracasso da expedição do IHGB na Bahia. Apenas a “estátua amazônica” encarnaria doravante as derivas de uma crença em civilizações perdidas, como o afirma Araújo Porto-Alegre (1851, p. 3) logo na dedicatória da sua peça. Ora, esta opção surpreenderia ainda mais quando sabemos que, ainda nos anos 1850, “o sonho de uma antiga civilização aos moldes de nossos vizinhos americanos ainda não estava totalmente sepultado” (LANGER e SANTOS, 2002, p. 48).

Não será aqui o lugar de descrever com muitos detalhes o enredo desta peça satírica. Tal descrição o leitor encontrará num artigo recentemente publicado (PONCIONI, 2015). Contentar-nos-emos em resumir a intriga da *Estátua amazônica* em poucas frases. A cena se passa em Paris e o palco representa o salão de um rico antiquário francês, o conde de Sarcophagin, o qual tem uma “cópia em gesso” da grande descoberta feita por Castelnau, uma estátua cuja existência demonstraria brilhantemente a existência da antiga civilização das Amazonas.¹ O conde, loucamente entusiasta, se vangloria de ter escrito uma “memória” capaz de “quebrar mais de mil cachimbos arqueológicos” em toda Europa (PORTO-ALEGRE, 1851, p. 7). Ao conversar com sua mulher, o conde demonstra acreditar na teoria da civilização perdida: “esta estátua é a relíquia de um grande império; é um elo da cadeia interrompida do passado: é o fragmento da ossada de um gigante, abafado por um cataclisma, e sepultado pela mais remota barbaria. Por outra igual a esta, daria eu todos os diamantes e ouro do Brasil” (PORTO-ALEGRE, 1851, p. 13). Se a condessa não deixa de ser incrédula, o conde despreza as opiniões da sua mulher e prefere contar com as ideias esclarecidas de seus convidados, a fim de avaliar o valor da sua teoria:

Desejava ouvir a opinião dos meus ilustres amigos, que são mestres, sobre esta estátua, achada no Brasil, no Rio Negro, e transportada pelo jovem incansável e esperançoso Snr. Conde de Castelnau; porque tenho já começado uma memória sobre o mundo antecolombiano, cuja introdução aqui está (PORTO-ALEGRE, 1851, p. 29).

Os numerosos convidados e o próprio conde de Sarcophagin multiplicam ao longo dos quatro primeiros atos da comédia, e para o maior deleite dos leitores brasileiros, as teorias as mais fantásticas e extravagantes – extravagância refletida nos próprios nomes das personagens da peça (PONCIONI, 2015, p. 76). Ora, quando o conde afirma que Castelnau foi o primeiro a descobrir estas terras longínquas, bem como o afirma o naturalista no artigo de 1848, o barão de Colombaire contesta tal afirmação: “Um Brasileiro me disse que esses rios já são conhecidos, e que até já lera roteiros de navegantes que os exploraram; e acrescentam que nos nossos próprios mapas estão indicados” (PORTO-ALEGRE, 1851, p. 33). Mas as opiniões de brasileiros não têm muito valor aos ouvidos dos outros cientistas presentes:

Sei que lá ninguém se importou com a vinda desta estátua, e que antes todos se riam do nosso nobre viajante [Castelnau] por levar para a nova Atenas aquele primor d’arte, e que quando se lhes dizia que era uma obra antiquíssima, riam-se como doidos, principalmente um coronel velho do Pará, que dizem ser autor de algumas obras; que obras não serão elas! A nós, somente a nós, é que cabe esta espantosa revelação, este grande aparecimento igual ao planeta de Leverrier (PORTO-ALEGRE, 1851, p. 36).

Ironia cruel! O desfecho da comédia resulta da recepção de uma carta escrita por um sócio do IHGB, na qual são citados trechos das “obras” do “coronel velho” que permitem acabar de uma vez com a fraude científica do conde de Sarcophagin. A carta fictícia reproduz trechos autênticos, estes, de um artigo publicado por Antônio Ladislau Monteiro Baena na Revista do IHGB, em 1848 (*Revista do IHGB*, t. 9, p. 96-97). Contraditoriamente às afirmações dos franceses, o autor anônimo da carta apresenta Baena como uma autoridade da história paraense: ele é “autor de muitas obras, e habitante do Pará, e pessoa muito versada no que há no país, e de um testemunho irrecusável” (PORTO ALEGRE, 1851, p. 81).

Português de origem, Antônio Ladislau Monteiro Baena (1781-1850) é um militar que prosseguiu sua carreira na província do Pará, após a proclamação da Independência do Brasil. Seus talentos como historiador permitem-lhe obter o título de membro correspondente do IHGB e publicar na revista do Instituto suas memórias sobre a história dessa província. No artigo acima referido, do qual Araújo Porto-Alegre incluiu alguns

trechos na peça, Baena revela a história verdadeira da estátua, ao descrever o contexto da sua produção e seu autor:

Mas se neste caso tanta aceleração não tivesse havido, [Castelnau] saberia que o tosco artefato, que tanto o surpreendera como produção de mãos selváticas, era obra de Antônio Jacinto de Almeida, um dos pedreiros empregados na colocação dos marcos das últimas demarcações, o qual achando-se na vila de Ega com os astrónomos e geógrafos vindos do rio Japurá por causa de uma epidemia de moléstias, se lembrou de divertir-se em moldar na dita figura uma pedra que ali achou, e donde o dito Anvers no ano de 1791 trouxe para o lugar da barra do Rio Negro esse trabalho sem arte, à vista do qual seguramente o mencionado pedreiro não experimentou agrado semelhante ao do escultor Pigmalião com a sua estátua de Vénus (PORTO ALEGRE, 1851, p. 82).

Esta carta permite por fim aos delírios coletivos dos cientistas franceses. Encarna a irrupção da razão científica, aqui de origem brasileira, numa conversa durante a qual cada uma das personagens elaborou as teorias as mais fantásticas para interpretar o significado da estátua encontrada por Castelnau. Assim, Araújo Porto-Alegre consegue realçar os trabalhos dos sócios do IHGB e a necessária reavaliação positiva do seu interesse, embora sejam ainda pouco lidos ou considerados pelo público na Europa. A necessária consideração pelos trabalhos de eruditos brasileiros é explicitada no epílogo da peça satírica quando os cientistas franceses, ainda há pouco tempo desdenhosos das ideias do coronel, acabam por temer a difusão pública dos trabalhos do historiador paraense: “Como não temer um escritor, um homem do lugar?!” (PORTO ALEGRE, 1851, p. 87) O desfecho da comédia tenta demonstrar que a ciência já não era monopólio do Velho Continente. Para ser válido, o saber sobre coisas da América deveria ser avaliado antes pelas novas gerações de cientistas e historiadores americanos, embora significasse desmontar teorias inventadas por nomes respeitados na França. É o que Araújo Porto-Alegre (1851, p. 3) sublinhava, logo na dedicatória:

A leviandade da maior parte dos viajantes franceses e a superficialidade com que encaram as coisas que encontram na nossa pátria, unidas a um desejo insaciável de levar ao seu país novidades, têm sido a causa desses grandes depósitos de mentiras que se acham espalhados por muitos livros daquele povo, que as mais das vezes sacrifica a verdade às facecias do espírito, e o retrato fiel dos usos e costumes de uma nação ao quadro fantástico de sua imaginação ardente, auxiliada livremente pela falta de conhecimentos da língua, e pela crença de que tudo o que não é França está na última escala da humanidade.

A fim de combater com maior eficiência as falsas ideias difundidas por livros editados na França, Araújo Porto-Alegre se diz a favor do princípio da reciprocidade das

transferências culturais no espaço atlântico: ao respeito dado aos bons cientistas franceses deve corresponder o interesse destes pelos escritos dos cientistas e letrados brasileiros, supostamente bem melhores quando se trata de assuntos relacionados ao Brasil. Esta teoria não parece completamente utópica, se consideramos o fato de que a Revista do IHGB também circulava no espaço atlântico, através da rede de membros e instituições correspondentes que o Instituto teceu ao longo do século 19. A ideia da reciprocidade resulta da vontade de muitos literatos de trabalhar em prol do reconhecimento do valor das produções intelectuais brasileiras e da sua difusão internacional – sejam elas de cunho científico, artístico ou literário. Araújo Porto-alegre, ao incluir citações extraídas dos trabalhos mais recentes publicados na Revista do IHGB, ilustra pelo recurso à ficção a necessária valorização do capital cultural das jovens nações da América.

A dimensão moral, relativamente ao culto da “verdade” promovido na comédia, é reforçada pelo fato de que a peça de Araújo Porto-alegre se integra na colecção “Biblioteca guanabarensis”. Em referência à revista mensal *Guanabara* (1849-1855), cuja publicação encarna os progressos das Letras Pátrias e cuja fundação resulta da associação de Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo e o próprio Araújo Porto-Alegre. A partir de 1851, a revista se vangloria de receber a proteção imperial e o apoio de novo editor, Francisco de Paula Brito, impressor da casa imperial. Vale a pena lembrar que Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, o diretor da revista, afirma, em 1854, que a *Guanabara* aspirava a ser o equivalente brasileiro da *Revue des deux mondes* na França, embora não deixe de ser uma revista com um público leitor ainda muito restrito.² Tal como a *Minerva Brasiliense* na década precedente (ROZEAUX, 2015), a *Guanabara* é uma revista literária engajada em favor da defesa do sistema imperial e do cânon literário das Letras Pátrias. No prolongamento desta ambição, algumas obras escritas por membros da redação como Macedo, Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa ou Joaquim Norberto de Sousa e Silva, alimentam os volumes da Biblioteca Guanabarensis. Nesta colecção, também foram publicados os trabalhos da efêmera Sociedade Velosiana de Ciências Naturais, criada em 1850 no Museu Nacional, a fim de divulgar estudos sobre a flora brasileira. Entre os seus membros figurava Ferreira Lagos, ao qual se destinava a dedicatória da peça de Araújo Porto-alegre.

A História Pátria ocupava um lugar central nessa revista, e a publicação de *A Estátua amazônica* deve ser entendida como o prolongamento literário das bases de uma ciência já muito familiar aos leitores da revista: a defesa da autonomia da História Pátria e a difusão dos primeiros resultados obtidos pelo IHGB, ao qual pertenciam os três

fundadores da revista. A dimensão paradigmática da comédia – a afirmação da autoridade dos historiadores e arqueólogos brasileiros para tratar cientificamente de assuntos nacionais – é confirmada na dedicatória da peça a Manoel Ferreira Lagos, então vice-presidente do IHGB e diretor da (nova) seção de Arqueologia e Etnografia brasileira. É porque Ferreira Lagos encarna perfeitamente os progressos e a cientificidade dos novos rumos da Arqueologia brasileira que ele é homenageado pelo seu consócio: “Aos antiquários da sua espécie [Castelnau], e a esses fabricantes de livros, verdadeiros ciganos literários, de que superabunda a capital da França, é recomendada esta comédia, que ofereço a V. S. por muitos títulos, além de um constante e provado patriotismo” (PORTO ALEGRE, 1851, p. 3).

As (outras) verdades por trás da sátira e os primórdios da História Pátria no Brasil

A relutância compartilhada por muitos sócios do IHGB relativamente aos escritos de historiadores, viajantes ou naturalistas estrangeiros terá motivado a montagem de uma primeira expedição científica na região norte do país, em 1856. Aliás, esta iniciativa apareceu na sequência da leitura por Manuel Ferreira Lagos de um relato sobre a viagem de Castelnau no interior do Brasil, durante as sessões ordinárias entre maio de 1855 e maio de 1856. Ao acabar a leitura da sua memória, Lagos pede o apoio do imperador relativamente à proposta seguinte:

Propomos que o Instituto Histórico e Geográfico brasileiro se dirija ao governo imperial pedindo-lhe haja [sic] de nomear uma comissão de engenheiros e de naturalistas nacionais para explorar algumas das províncias menos conhecidas do Brasil, com a obrigação de formarem também para o Museu Nacional uma coleção de produtos dos reinos orgânico e inorgânico, e de tudo quanto possa servir de prova do estado de civilização, indústria, usos e costumes dos nossos indígenas (REVISTA DO IHGB, 1856, v. 2, p. 12).

Com o apoio de D. Pedro II, é nomeada uma “comissão científica de exploração”, a fim de redigir as instruções da viagem. Nesta comissão figuram, entre outros, os nomes de Ferreira Lagos e Araújo Porto-Alegre. Grandes expectativas são expressas durante as sessões preparatórias da expedição: Joaquim Manuel de Macedo espera que os exploradores “voltarão ofegantes de trabalho e radiantes de glória, conquistarão para o estado riquezas e para si renome, e também sobre o nosso Instituto refletirão o brilho d’esta empresa assinalada” (REVISTA DO IHGB, 1856, v. 2, p. 116). A exploração do interior do país começa em 1859 e encontra, a partir de 1861, graves problemas de

financiamento. O naufrágio de um barco explica a perda de todo o material coligido por Guilherme de Capanema, chefe da seção geológica e mineralógica. Rachel Pinheiro (2009, p. 15) ressalta, portanto, a importância dos resultados obtidos pelos integrantes da comissão de exploração, em benefício, em particular, do Museu Nacional. Como vimos, a história desta expedição composta por cientistas “nacionais” resulta diretamente das críticas feitas aos volumes da *Expédition...* de Castelnau. Sem dúvida, o fato de apontar os erros recorrentes na obra de Castelnau, bem como o fazia Araújo Porto-Alegre de modo satírico, permitiu convencer o governo da necessidade de financiar outra expedição composta somente por Brasileiros.

Em 1900, o bibliógrafo brasileiro Sacramento Blake (1900, p. 28, v. 6) resume com estas palavras o tema e a moral da comédia de Araújo Porto-Alegre escrita cinquenta anos antes:

O autor ridiculariza o procedimento ingrato de certos viajantes europeus que em paga de finezas e favores dos brasileiros, saem do Brasil deprimindo-os e escrevendo um amontoado de falsidades, como fez o Conde Castelnau que levou para a França uma pedra mal lavrada que encontrou no Rio Negro, e expôs no Louvre, dando-lhe o título de estátua do tempo das Amazonas brasileiras!

Este resumo, diretamente inspirado da dedicatória de 1851, corrobora também a análise contemporânea feita por outro brasileiro, cuja brilhante carreira pública se desenrolou na Europa. Em obra datada de 1899, Santa-Anna Nery (1899, p. VI) também aponta a culpa dos viajantes europeus na Amazonas, por ser prontos em “falsificar a realidade”. Ocasião para ele de se referir à figura de Castelnau, quando critica o recurso abusivo à imaginação, como paliativo da falta de conhecimentos de muitos científicos e viajantes europeus no Brasil, ao longo do século 19. Ao publicar em 1899 novo livro (em francês) sobre esta região, Nery pretende corrigir os erros de muitos relatos e estudos publicados na França sobre o Amazonas:

Acreditamos que é uma oportunidade de fazer conhecer à Europa esta província das Amazonas, que conhecidos nossos ainda acham ser uma terra fantástica, e confundem voluntariamente esta terra com a antiga e misteriosa terra onde mulheres guerreiras montavam sobre éguas tártaras, nas margens do Tánais (NERY, 1899, p. VI).

Mas, ao contrário de Araújo Porto-Alegre, Nery não esconde as origens complexas daquele mito, ao mencionar os nomes de Orellana, Raleigh ou do padre de Acuña, sem esquecer o de La Condamine. Sua conclusão, portanto, fica clara: “Parece hoje em dia, sem dúvida nenhuma, que as Amazonas do Brasil nunca existiram tais como as descrevem

estes viajantes antigos” (NERY, 1899, p. 11). Para o demonstrar, Nery (1899, p. 295) aponta na sua obra os progressos da Arqueologia brasileira e a imperiosa necessidade de tratar com “uma prudência excessiva” os “monumentos da civilização indígena no Brasil”.

Ao evocar as dificuldades da Arqueologia da Amazonas, Nery não podia deixar de fazer menção do episódio burlesco da “estátua amazônica”. Nos conta que, durante muitos anos, esta estátua foi guardada numa sala do Louvre fechada ao público, que ele pôde ver com autorização especial do conservador do museu. Mas ele menciona numa nota de rodapé que, em 1899, a estátua se encontrava de novo exposta numa sala do Museu de etnografia do Trocadéro, fundado em 1878, em Paris³ (NERY, 1899, p. 295). Ao contar a “legenda” que cerca a chegada da estátua na França, Nery (1899, p. 296) evoca brevemente a “comédia desopilante” de Araújo Porto-Alegre. No entanto, não esquece de lembrar ao público francês o fato de que Castelnau, malgrado esta desventura, “goza agora dos honras de Paris”. O que justifica, nas páginas seguintes da sua obra, quando trata da obra do naturalista, que não pode ser resumida a este episódio grotesco:

Foi apenas vinte e cinco anos depois de von Spix e von Martius que o Francês, conde Francis de Castelnau, com um grupo de colaboradores distintos, visitou por sua vez o Amazonas, com ordem do governo francês. Seus trabalhos são muito conhecidos para que os apresentemos aqui. Embora tenham envelhecido em algumas partes, oferecem, no entanto, grande interesse, particularmente para um público francês, o qual achará indicações suficientes sobre o aspecto do país e sobre suas produções variadas (NERY, 1899, p. 308).

Ao contrário das críticas radicais de Araújo Porto-Alegre, Nery não deixa de fazer a distinção entre as raras extravagâncias do naturalista francês e a qualidade aqui relembada de boa parte da sua longa obra. Não é por acaso que o conde de Castelnau recebeu a medalha de prata da Sociedade de geografia em 1851, pela qualidade das suas recentes publicações sobre a “América do sul”.

É muito provável que os sócios do IHGB e o próprio Araújo Porto-Alegre não tivessem uma opinião tão péssima da obra do naturalista francês. Seus discursos e as críticas às vezes muito duras feitas sobre a obra de Castelnau, cuja reminiscência se encontra ainda na famosa obra bibliográfica de Sacramento Blake, em 1900, não resultam apenas de uma avaliação objetiva do trabalho do cientista francês. Bem pelo contrário. Já demonstramos o fato de que Castelnau foi escolhido como bode expiatório, apesar de que

o próprio IHGB – e Araújo Porto-Alegre, entre outros – tivesse promovido até o fim dos anos 1840 as teorias das gerações e civilizações perdidas.

Enquanto Nery parece avaliar com mais pertinência a obra de Castelnau, nos finais do século 19, os redactores da *Guanabara* promoviam na sua revista e na Biblioteca Guanabarensis uma concepção mais nacionalista das Letras Pátrias e da crítica literária. É nesta revista mensal que Gonçalves de Magalhães tenta explicar, em 1851, enquanto continua escrevendo sua grande epopeia nacional, *A Confederação dos Tamoios*, o difícil crescimento da literatura nacional no Brasil:

E é assim, com o trabalho de muitos homens, com o seu amor pela Pátria, que as nações chegam a possuir uma literatura, que a nossa ainda está muito verde: apenas começa agora a querer tomar os primeiros lineamentos de seu plano e seu carácter, e tarde se desenvolverá ou se caracterizará, porque marchamos lentamente na nossa organização social, sem o que não há arte alguma que se enraíze e dê frutos próprios. Somos ainda colonos da França, e mais depressa queremos ler as impressões de qualquer dos seus proscritos, ou um romance da séptica, perigosa e talentosa Sand, do que o novo *Dicionário do Alto Amazonas*, ou a *Revista do Instituto Histórico* (GUANABARA, 1851, t. 2, p. 140).

Notável é a comparação aqui feita entre os romances franceses, de grande sucesso no Brasil, e publicações de cunho mais histórico, como indica a referência à obra sobre a região da Amazonas, de outro sócio do IHGB, Lourenço da Silva Araújo e Amazonas (1852). A promoção das obras nacionais era então complicada pela concorrência forte das obras estrangeiras, tal como indica a crítica feita à obra da autora francesa George Sand. Importa lembrar que a “comédia arqueológica” é contemporânea das comédias de outro autor que, ele sim, fez grande sucesso nos palcos da capital imperial: Martins Pena. Sua obra dramaturgic, muito famosa, também menciona este problema da presença das culturas estrangeiras como obstáculo ao progresso e à consagração da cultura “autenticamente” nacional. Em 1845, a peça *O Diletante* fustiga a hegemonia da cultura estrangeira, e particularmente da ópera italiana, no domínio da música, em prejuízo da música tradicional brasileira mais popular, tal como a modinha.

Entende-se melhor, no entanto, porque os promotores das Letras Pátrias eram particularmente críticos com os trabalhos que tocavam assuntos nacionais. A própria *Revue des deux mondes* foi alvo de ataques violentos por parte dos redactores da *Minerva Brasiliense*, em 1844, na sequência da publicação na prestigiada revista francesa de um artigo escrito pelo conde de Chavagnes (1844), no qual ele faz um retrato muito duro da sociedade brasileira. Seu nome é citado por Araújo Porto-Alegre (1851, p. 3) na sua dedicatória de 1851, na lista dos “muitos miseráveis mentirosos” franceses que

escreveram sobre o Brasil. Os dois artigos escritos pelos condes de Chavagnes e Castelnau na *Revue des deux mondes* foram alvos de críticas, de denúncias e de respostas de natureza complementar. Contradições convincentes foram até publicadas na própria *Revue des deux mondes*, através de dois artigos de autoria de Émile Adêt (1851), um francês radicado há muito tempo no Rio de Janeiro, e Pereira da Silva (1858), historiador brasileiro e membro do IHGB. É importante lembrar as tensões recorrentes no Brasil Império entre os promotores das Letras Pátrias e os literatos, cientistas e intelectuais de alguns países da Europa, e mais especificamente de Portugal e da França. É através deste contexto específico que podemos entender melhor a força satírica da peça de Araújo Porto-alegre. A denúncia da atitude dos viajantes franceses no Brasil, na sua dimensão explicitamente exagerada, pelo menos no que respeita à obra de Castelnau, resulta também da vontade de insistir sobre os defeitos dos escritos de estrangeiros para melhor ressaltar as virtudes intelectuais das obras dos nacionais, embora sejam mui pouco lidas, até por um público brasileiro – como bem o lamenta Gonçalves de Magalhães. Ou seja, a sátira dos naturalistas franceses esconde, por trás da dimensão moral claramente evocada no desfecho da comédia, as fraquezas e as posturas das incipientes Letras Pátrias, que necessitam estigmatizar o estrangeiro para exaltar com mais eficácia suas obras. O próprio Joaquim Manuel de Macedo reproduz essa retórica maniqueísta ao evocar os trabalhos de Ferreira Lagos ao longo do ano 1855. Com efeito, o IHGB consagra muitas sessões ordinárias ao comentário dos seis volumes da *Expédition...*, a fim de continuar a lista dos “erros numerosos” que contêm. Se o relato de Ferreira Lagos permanecerá inédito, Macedo, ao evocar este trabalho, denuncia mais uma vez as “calúnias” de muitos escritos sobre o Brasil e o “dever do IHGB [de] castigar todas essas relações infieis, e inconvenientes, que deformam o nosso país, com análises lúcidas, vastas e espirituosas, como esta do nosso consócio [Ferreira Lagos]” (*REVISTA DO IHGB*, 1855, p. 507).

Os discursos pronunciados em ocasião das sessões solenes do IHGB, no paço imperial, a fim de homenagear a proteção pública de que o Instituto goza, são um momento privilegiado para os fundadores e promotores das Letras Pátrias lembrarem a importância fundamental do mecenato para os escritores e historiadores nacionais. Em presença do imperador e dos representantes mais altos da boa sociedade carioca, estes discursos pronunciados por Araújo Porto-Alegre, Macedo, Joaquim Norberto de Sousa Silva ou João Manuel Pereira da Silva permitem ressaltar a importância do mecenato e do clientelismo para o bom crescimento das Letras Pátrias e a consagração pública dos homens de letras. Entre outros, Araújo Porto-Alegre fez discursos para defender o modelo

do “escritor oficial” (ROZEAUX, 2014). A luta coletiva deste pequeno grupo de escritores, cuja carreira, sucesso e reconhecimento dependiam antes de mais nada da proteção pública e da economia clientelista, fornece, a meu ver, mais uma via de compreensão do significado de *A Estátua Amazônica*. Com efeito, a tendência a exaltar os trabalhos dos sócios do IHGB e a diminuir os de cientistas estrangeiros, na sua dimensão claramente subjetiva e exagerada, resulta também da necessidade coletiva de promover este modelo de “escritor oficial ou “orgânico” (ROZEAUX, 2015 e 2016), ao insistir através de meios complementares – a crítica severa de Ferreira Lagos ou a sátira de Araújo Porto-Alegre – sobre as virtudes da subvenção de um Instituto e da proteção imperial e pública dos seus sócios.

Por ser uma obra endereçada aos próprios sócios do IHGB, *A Estátua amazônica* é muito diferente das comédias de Martins Pena, que fizeram grande sucesso nos palcos do Rio e de muitas cidades do Império, ao longo do século 19. Ademais, Martins Pena foi sempre um tanto marginalizado pelos seus colegas literatos e dramaturgos, por ser um autor muito versado na cultura popular e na sátira da “boa sociedade” carioca. Uma das peças mais famosas do dramaturgo é *O Noviço* (1845), na qual Ambrósio demonstra como esta sociedade carioca, que pretende avançar em direção da civilização, beneficia principalmente aos mais cínicos e malvados, em prejuízo dos “pobres”, vítimas de um sistema corrupto pelo dinheiro acumulado pela classe mais rica da sociedade imperial. Estamos assim muito longe dos discursos de defesa e militância em favor do modelo imperial e da política saquarema, promovidas no seio do IHGB nos anos 1840 e 1850.

Conclusão

Neste artigo, demonstramos a complexidade das leituras que podem ser feitas de uma obra dramaturgica como é a “comédia arqueológica” escrita por Araújo Porto-Alegre em 1848. São vários os sentidos de uma obra destinada inicialmente apenas a alguns “happy few”, para usar uma expressão de Stendhal. Primeiro, pretendemos entender melhor a inclusão muito original por Araújo Porto-Alegre de citações autênticas extraídas da Revista do IHGB na sua obra de ficção, com o fim de ridiculizar as pretensões de viajantes e eruditos franceses, como bem encarnam o conde de Castelnau (real) e o conde de Sarcophagin (fictício). O papel central da “carta” mandada por algum sócio do IHGB permite pôr fim às elucubrações dos franceses e exaltar a razão científica encarnada por um Instituto que, por ser recente, não deixa de produzir conhecimentos novos e válidos.

Ora, as verdades da ficção de Araújo Porto-Alegre não se esgotam com esta leitura, seja ela conforme às expectativas do seu autor, dos membros do IHGB e até das elites sociais letradas às quais a obra se destinava. A reprodução através de uma sátira literária de um lugar-comum dos discursos dos promotores da História Pátria – a autonomia e a excelência do trabalho do IHGB – esconde, a meu ver, outras verdades que nos ensinam sobre as condições de produção e de difusão das primeiras obras nacionais relativamente à História Pátria. Demonstramos que o processo de institucionalização da História Pátria no Brasil, do qual o próprio Araújo Porto-Alegre participou, foi complexo e encontrou grandes problemas, ao se confrontar com teorias míticas e crenças em gerações ou civilizações “perdidas”. Ademais, por ser exagerada e parcial, a denúncia feroz da suposta “estátua amazônica”, como prova da existência das Amazonas em tempos remotos no Brasil, tem outros fundamentos, entre os quais as tensões resultantes da forte presença francesa no mercado do livro brasileiro, a postura política e nacionalista dos promotores das Letras Pátrias, e a defesa do modelo do “escritor oficial” que depende dos favores do governo e do imperador para viver. A ficção de Araújo Porto-Alegre traz vários níveis de “verdades” que contribuem, no fim de contas, à melhor compreensão da formação da História Pátria e da incipiente Arqueologia brasileira em meados do século 19.

Referências:

- ADET, Émile. L'Empire du Brésil et la société brésilienne en 1850. *Revue des Deux Mondes*, Paris, T. IX, p. 1082-1105, 1851.
- AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. *Dicionário topográfico, histórico, descritivo da comarca do Alto-Amazonas*. Recife: Typ. Comercial de Meira Henriques, 1852.
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves do Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1900.
- CASTELNAU, Francis de. *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima: et de Lima au Para*. Paris: P. Bertrand, 6 v., 1850-1852.
- CASTELNAU, Francis de. L'Araguaia, scènes de Voyage dans l'Amérique du Sud. *Revue des Deux Mondes*, Paris, t. 3, p. 151-169, 1848.
- CHAVAGNES, M. L. Le Brésil en 1844. Situation morale, politique, commerciale et financière. *Revue des Deux Mondes*, Paris, T. VII, p. 66-106, 1844.
- DAVID, Jérôme. Une réalité à mi-hauteur: exemplarités littéraires et généralisations savantes au XIXe siècle. *Annales. Histoire, sciences sociales*, Paris, n. 2, p. 263-290, 2010.
- GUANABARA, Revista Mensal Artística, Científica e Literária, Rio de Janeiro: Typographia Guanabarensis de L. A. F. de Menezes, 1850-1855.
- LANGER, Johnni. A Cidade Perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 127-152, 2002.
- LANGER, Johnni. As Amazonas: História e Cultura Material no Brasil Oitocentista. *Mneme, Revista de Humanidades*, v. 5, n. 10, p. 60-72, 2004.

LYON-CAEN, Judith e RIBARD, Dinah. *L'historien et la littérature*. Paris: La Découverte, 2010.

NERY, Baron de Santa-anna. *Le pays des Amazones. L'El-Dorado, les terres à caoutchouc*. Paris: Librairie Guillaumin et C^{ie}, 1899.

PINHEIRO, Rachel. *O que nossos cientistas escreviam: algumas das publicações em ciências no Brasil do século XIX*. 2009. Tese de Doutorado em ciências. Instituto de Geociências, Universidade de Campinas, Campinas, 2009.

PONCIONI, Claudia. A Estátua Amazônica: “Uma Comédia Arqueológica”, de Araújo Porto-Alegre. *Brasil/Brazil*. Providence/Porto Alegre, v. 28, n. 51, p. 66-84, 2015.

PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo de. *A estátua amazônica: comédia arqueológica*. Rio de Janeiro: Typ. de Francisco de Paula Brito, 1851.

REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro, 1838-2016.

ROZEAUX, Sébastien. *La genèse d'un “grand monument national”: littérature et milieu littéraire au Brésil à l'époque impériale (1822-c.1880)*. 2012. Tese de doutorado em história contemporânea. IRHiS, Université Lille III, 2 v., 2012.

ROZEAUX, Sébastien. Splendeurs et misères du “siècle de dom Pedro II” : le mécénat impérial et les *Letras Pátrias* au Brésil (1840-1889). *Romantisme, revue du XIX^e siècle*, Paris, n^o 164, p. 107-119, 2014.

ROZEAUX, Sébastien. La revue *Minerva Brasiliense* (1843-1845) et la fondation des *Letras Pátrias* au Brésil. *Revue d'histoire du XIX^e siècle*, Paris, n^o50, p. 181-197, 2015.

ROZEAUX, Sébastien. O jogo de espelho das representações do “homem de letras” entre Europa e Brasil durante o Segundo Reinado (1840-1889). In: PONCIONI, Claudia e LEVIN, Orna (Dir.). *Deslocamentos e mediações: a circulação transatlântica dos impressos 1789-1914*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. (no prelo)

SANTOS, Sérgio Ferreira dos e LANGER, Johnni. Império selvagem: a arqueologia e as fronteiras simbólicas da nação brasileira (1851-1860). *Dimensões*, Vitória, v. 14, p. 37-64, 2002.

SILVA, João Manuel Pereira da. Le Brésil sous l'empereur Dom Pedro II. *Revue des Deux Mondes*, Paris, t. XIV, p. 791-834, 1858.

Notas:

¹ Araújo Porto-alegre indica o ano de 1842 como quadro desta peça. Estranho reparar que nesta data, a “estátua amazônica” ainda não tinha sido descoberta.

² A fim de avaliar a difusão da peça, oferecida aos assinantes da revista, se deve dizer que, malgrado as grandes expectativas dos seus redatores e a reputação de principal revista literária do Rio de Janeiro, a *Guanabara* tinha apenas 62 assinantes em 1855, aos quais se juntam os 120 acionários da sociedade fundada por Paula Brito, o editor. Ou seja, menos de 200 exemplares (*GUANABARA*, 1854, p. 430).

³ Hoje em dia, a estátua faz parte do acervo do Museu do Quai Branly, em Paris (PONCIONI, 2015, p. 81-82).